

Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2021

EXCLUSIVA PARA ME, EPP OU EQUIPARADA

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO N° 051/2021 PROCESSO LICITATÓRIO N° 079/2021 DATA DA REALIZAÇÃO: 27/08/2021

HORÁRIO: 09h00min.

LOCAL: www.bbmnetlicitacoes.com.br

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** – Processo nº. 079/2021, objetivando a **AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** através do site **www.bbmnetlicitacoes.com.br**, de conformidade com as disposições do Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº. 267 de 20 de março de 2006, Decreto Municipal n.º 623 de 05 de abril de 2010, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Secretaria Municipal de Administração, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BBMNET Licitações", constante da página eletrônica do BBMNET – Licitações Públicas, no endereço www.bbmnetlicitacoes.com.br.

I - LOCAL, DATA E HORA

1.1. A digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços poderá ser feito das 17h30min do dia 13/08/2021 até as 09h00min do dia 26/08/2021, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF, no portal eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br a abertura das "PROPOSTAS DE PREÇOS" e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30min do dia 27/08/2021, HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF.

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ATÉ: 26/08/2021 – Horas 09:00:00

ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS: 26/08/2021 – Horas 09:01:00

INÍCIO DA SESSÃ<u>O DE DISPUTA DE PREÇOS:</u> 27/08/2021 – Horas 09:00:00

1.2 - A abertura para fase de lances disputa de preços terá duração de 10 (dez) minutos, seguida de prorrogação automática de 2 em 2 minutos e desempate conforme estabelece o Decreto 10.024/2019, modo de disputa aberto, bem como as condições a seguir estabelecidas.

II - DO OBJETO







- 2.1 A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência (anexo I), que integra este Edital.
- 2.2 A retirada do Edital poderá ser efetuada através no portal eletrônico <u>www.bbmnetlicitacoes.com.br</u> ou através do site oficial do Município de Itanhandu <u>www.itanhandu.mg.gov.br</u>

III - DA PARTICIPAÇÃO:

- 3.1 A presente licitação destina-se <u>exclusivamente</u> à participação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou equiparadas, qualificadas como tais nos termos do artigo 3°, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.2 O licitante deverá promover a sua inscrição e credenciamento para participar do pregão, diretamente no site da Bolsa, <u>www.bbmnetlicitacoes.com.br</u>, até o horário fixado no edital para inscrição e cadastramento.
- 3.3 A participação no pregão está condicionada obrigatoriamente à inscrição e credenciamento do licitante, até o limite de horário previsto no Edital.
- 3.4 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do sistema eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do Artigo 5°, Inciso III, da Lei N° 10.520/2002.
- 3.5 Além das vedações estabelecidas pelo art. 9º da Lei Federal Nº 8.666/93, não será permitido a participação de empresas:
- a) Com falência decretada ou concordata, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSPENSA (Federal, Estadual e/ou Municipal);
- c) Em funcionamento sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- e) Empresas cujos sócios ou proprietários foram condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos, nos termos da Lei Municipal nº 1009/2017;
- 3.6 A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

IV - DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA DE LICITAÇÕES DA BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS

- 4.1 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <u>www.bbmnetlicitacoes.com.br</u>, acesso "credenciamento licitantes (fornecedores)".
- 4.2 As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.
 - 4.2.1 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema BBMNET Licitações poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site www.bbmnetlicitacoes.com.br.
- 4.3– Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.





4.4 - O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal www.bbmnetlicitacoes.com.br, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

V – DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1 Após a divulgação do edital as licitantes interessadas deverão encaminhar, exclusivamente, através do sistema, proposta comercial, fichas técnicas e documentação de habilitação, arquivos estes que obrigatoriamente deverão ser inseridos antes do início da sessão de disputa, sob pena de preclusão, nos termos do art. 26, do Decreto Federal 10.024/2019.
 - 5.1.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo marca e modelo do produto, valor unitário e total, por item e demais informações necessárias, até o horário previsto no item 1.1.
 - 5.1.2 A proposta de preços deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.
 - 5.1.2.1 A proposta deverá estar acompanhada de material informativo, podendo ser um destes itens: prospectos técnicos, catálogo original do fabricante e especificações técnicas dos produtos, especificação extraída da internet desde que contenha a URL do site consultado, onde constem as suas características e qualificações. Os documentos deverão estar em língua portuguesa. É vedada a confecção própria deste material, inclusive cópia da descrição do produto, fornecida por este instrumento convocatório.
 - 5.1.2.1.1 O material informativo deverá proporcionar a verificação de todas as características do bem ofertado em confronto com as exigências do Edital.
 - 5.1.2.1.2 Ao enviar o material informativo, conforme exigido no item 5.1.2.1, a proponente deverá tomar todos os cuidados para NÃO SE IDENTIFICAR, sob pena de ser desclassificada.
 - 5.1.2.1.3 Para os itens 9 FONTE ATX 400W, 17 COMPUTADOR (Desktop-Básico), 20 NOTEBOOK, 21 ROTEADOR DUAL BAND, 22 SCANNER, 23 SERVIDOR EM RACK e 26 SWITCH GERENCIÁVEL 48 PORTAS 10/100/1000, o licitante deverá anexar material informativo de todos os componentes do produto, sob pena de desclassificação.
 - 5.1.2.1.4 A ausência ou envio de material informativo em desacordo com o exigido no item 5.1.2.1 desclassificará a proposta do licitante.
 - 5.1.2.1.5 O material informativo deverá ser anexado juntamente com a proposta comercial de preços.
- 5.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 5.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4 O item de propostas que eventualmente contemplem produto que não correspondam às especificações contidas no ANEXO I deste Edital serão desconsiderados.
- 5.5 Na proposta serão consideradas obrigatoriamente:
- a) preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo duas casas decimais;
- b) marca e modelo do produto ofertado;





- c) inclusão de todas as despesas que influam nos custos, tais como: despesas com custo, transporte, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;
- e) prazo de entrega de 30 (trinta) dias corridos.
- 5.6 Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

VI – ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

- 6.1 Após o encerramento do período de recebimento das propostas, materiais informativos e documentos de habilitação, período não inferior a 08 dias úteis, o Pregoeiro e o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação, analisarão os materiais informativos enviados, decidindo no prazo de 01 dia útil, pela classificação ou desclassificação dos produtos ofertados, apresentando o resultado da análise antes do início da sessão de disputa de lances do Pregão.
 - 6.1.1 A ausência ou o envio de material informativo em desacordo com as exigências deste edital, ou ainda, que não atendam ao exigido, desclassificará a proposta do licitante.
- 6.2 O Pregoeiro via sistema eletrônico, dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta para cada item.

VII - FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1 Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), os licitantes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DO LOTE, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 7.3 Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.
- 7.5 Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os licitantes serão informados em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor. Qualquer identificação do participante acarretará a sua exclusão do certame.
- 7.6 O Modo de disputa a ser utilizado neste certame será o modo ABERTO de acordo com o determinado no Decreto 10.024/2019 "modo de disputa aberto "Art. 32. No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública. § 1º A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários. § 2º Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente. § 3º Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa."
- 7.7 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízos dos atos realizados.





- 7.8 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.9 Após o fechamento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

VIII - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1 Após análise da proposta, especificações técnicas e documentação de habilitação, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor.
- 8.2 Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

IX - HABILITAÇÃO

OBS: De acordo com o Decreto 10.024/19 os documentos de habilitação deverão ser inseridos no sistema concomitantemente com a proposta comercial, sob pena de preclusão, nos termos do art. 26 do referido decreto. "in verbis":

Art. 26. "Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública".

Os documentos relativos à habilitação, acompanhados da proposta escrita de preços, dos licitantes, deverão ser encaminhados até a abertura da sessão pública, conforme previsto neste edital, por meio eletrônico (upload), nos formatos (extensões) "pdf", "doc", "xls", "png" ou "jpg", observado o limite de 6 Mb para cada arquivo, conforme regras de aceitação estabelecidas pela plataforma www.bbmnetlicitacoes.com.br.

9.1 - A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

9.1.1) Habilitação jurídica:

- a empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b microempreendedor individual MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual
- CCMEI, emitido em no máximo 30 dias anteriores à data de apresentação das propostas;
- c sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.1.2) Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);







- b prova de regularidade para com a Fazenda Federal, consistente na apresentação da Certidão Negativa de Débito expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão Negativa de Dívida Ativa para com a União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ou Certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil;
- c prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- d prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da jurisdição fiscal do estabelecimento licitante;
- e prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f prova de Regularidade relativa à Justiça do Trabalho (CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);
- 9.1.2.1 As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, <u>deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal</u>, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.1.2.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da administração pública municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.1.2.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

9.1.3) Qualificação Econômico-financeira:

a - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, prazo máximo de 120 dias de sua emissão.

9.1.4) Qualificação técnica:

a - Certidão ou atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a aptidão no fornecimento de produtos e equipamentos pertinentes e compatíveis em características e prazos como o objeto da licitação, bem como a satisfação quanto à qualidade dos produtos e cumprimento dos prazos contratuais;

9.1.5) Outras comprovações:

- a Declaração, sob as penas da Lei, de que não está impedido de participar de licitação ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal. (Modelo Anexo).
- b Declaração da empresa participante deste certame que está em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. (Modelo Anexo).
- c Declaração de enquadramento como beneficiária da lei complementar nº 123, de 2006 e 147 de 2014.(Modelo Anexo).
- d Certidão de ME ou EPP emitida pela Junta Comercial do Estado da sede do licitante, se for o caso;
- e Se o proponente se fizer representar, deverá enviar procuração ou carta de credenciamento, com firma reconhecida em cartório outorgando poderes ao representante para decidir a respeito dos atos relativos à presente licitação.

9.2 – Disposições gerais da habilitação:

9.2.1 - Para as certidões/declarações que não apresentarem data de validade, fica estabelecido o prazo máximo de 120 dias de sua emissão.







- 9.2.2 Para fins de comprovação da condição de Micro ou Pequena Empresa (letra "d" do item anterior), assim definidas aquelas que se enquadram na classificação descrita no Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006, caso desejem obter tais benefícios deverão comprovar essa condição mediante apresentação de Declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, se inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, ou a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas em que conste a informação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 2º do Decreto Estadual nº 44.630/2007, art. 5º, parágrafo 1º, Inc. II, alíneas 'a' e 'b', da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 9.576/2016 e conforme o Art. 8º da IN 103, DE 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC, emitida a menos de 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura das propostas deste edital.
- 9.2.3 A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.
- 9.2.4 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.
- 9.2.5 A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.
- 9.2.6 Não será aceito a substituição dos documentos de habilitação por protocolos de requerimento de certidão.

X - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 10.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.
 - 10.1.1. Caberá o pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias após o recebimento do recurso:
 - 10.1.2. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

XI - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 11.1 Proferida a decisão que declarar o vencedor, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando para tanto, exclusivamente, campo próprio disponibilizado no sistema www.bbmnetlicitacoes.com.br.
- 11.2 Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos exclusivamente por meio eletrônico, no sítio, www.bbmnetlicitacoes.com.br opção RECURSO, e a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, na Secretaria de Administração, localizada na Praça Amador Guedes, nº 165 Centro Itanhandu/MG CEP 37.464-000, das 08 h às 12 h e das 13 h às 17 h, aos cuidados do Pregoeiro responsável pelo certame, observados os prazos estabelecidos.
- 11.3 A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.
- 11.4 Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro encaminhará os autos devidamente fundamentado à autoridade competente.
- 11.5 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.6 Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.





- 11.7 O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.
- 11.8 Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

XII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 12.2 A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pelo pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.

XIII - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATAÇÕES

- 13.1 Homologada a licitação pela autoridade competente, será o licitante vencedor convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá fazê-lo no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis da convocação.
- 13.2 O prazo para assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Departamento de Compras e Licitações.
- 13.3 A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no item 19 deste Edital.
- 13.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.
- 13.5 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irreajustáveis.
- 13.6 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Administração Municipal poderá convocar os adjudicatários remanescentes na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços e efetuar o fornecimento ao respectivo preço registrado, nas seguintes hipóteses:
- a) Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;
- b) Revisão de preços do primeiro classificado, quando o novo preço resultar superior ao do segundo classificado.
- 13.7 A existência de preço registrado não obriga a Prefeitura Municipal de Itanhandu a firmar as contratações que dele poderão advir, facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado à detentora da Ata de Registro de Preços, preferência em igualdade de condições.

XIV - DA CONTRATAÇÃO

- 14.1 A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato onde serão registrados os preços ofertados, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório, conforme anexo II;
 - 14.1.1 É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica, nos termos do Art. 62 da Lei 8.666/93.
- 14.2 Os fornecedores que tenham seus preços registrados poderão ser convocados a cumprir as obrigações decorrentes do registro de Preços durante o prazo de sua vigência, observadas as condições fixadas no respectivo Edital e na Ata de Registro de Preços, bem como das demais normas aplicáveis.
 - 14.2.1 Uma vez firmado o compromisso de prestação de serviços/fornecimento, cada solicitação de serviço/fornecimento instruirá o processo que efetivará a contratação por meio de termo





próprio denominado Ordem de Serviço – OS e Autorização de Fornecimento - AF, que serão considerados contrato acessório relativo ao ajuste principal.

- 14.3 A adjudicatária deverá, no prazo de 05 dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Itanhandu, junto ao Departamento de Licitações para assinar o termo de contrato;
- 14.4 Considerar-se-á vencido o compromisso quando expirado o prazo estabelecido na Ata de Registro de Preços ou contrato, prevalecendo o que acontecer por último.
- 14.5 A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA, para assinatura do contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta, além de outras sanções legais cabíveis.
- 14.6 Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinatura do contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ele imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação, caso não haja interesse da Prefeitura Municipal de Itanhandu na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 14.6.1 Na convocação das Licitantes remanescentes será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os Documentos de Habilitação exigidos no Edital em plena validade.
 - 14.6.2 O disposto no subitem 14.5 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o contrato nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de cumpri-la.

XV - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

- 15.1 O objeto desta licitação será de acordo com o pedido do setor requisitante, correndo por conta da Contratada as despesas de entrega, montagem, seguros, manutenção, combustíveis, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários de correntes da execução.
 - 15.1.1 A autorização de fornecimento será encaminhada por e-mail, podendo ser retirada diretamente na Prefeitura Municipal de Itanhandu, no Departamento de Compras e Licitações.
- 15.2 O objeto desta licitação deverá ser entregue num prazo de até 30 (trinta) dias corridos, de acordo com o pedido do setor requisitante, para não causarem prejuízos ao serviço público.
 - 15.2.1 Recebimento provisório: Será feito no ato da entrega pela quantidade de volumes entregues.
 - 15.2.2 Recebimento definitivo: Será feito até 3 dias úteis a partir do recebimento provisório.
- 15.3 O objeto desta licitação deverá ser entregue de acordo com as solicitações pelo setor de compras municipal;
- 15.4 Os quantitativos estabelecidos no anexo I são estimados e servem como referência, podendo o Município acrescê-la ou suprimi-la em conformidade com suas necessidades, não tendo a Administração obrigatoriedade de execução "in totun".
- 15.5 A entrega do objeto desta licitação deverá ser feita no local indicado pela Prefeitura Municipal, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução dos serviços;

XVI - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1 Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:
 - 16.1.1 se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
 - 16.1.1.1 na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;





- 16.1.2 se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 16.2 É vedada a emissão de Cartas de Crédito para complementar os quantitativos das Notas Fiscais, cuja a mesma deverá ser emitida com as quantidades exatas da entrega;
- 16.3 Se durante o fornecimento ocorrer problemas de desabastecimento ou situação análoga, a Prefeitura poderá autorizar a substituição do (s) produto (s), por outro (s) a ser (em) proposto (s), quando da apresentação da justificativa por escrito, que comprove a dificuldade temporária do fornecimento do produto.

XVII - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 17.1 O pagamento será efetuado num prazo de até 30 dias após a apresentação da nota fiscal no protocolo da Prefeitura Municipal de Itanhandu, situada à Praça Prefeito Amador Guedes, nº. 165, Centro de Itanhandu MG, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.
 - 17.1.1 Os pagamentos serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, conforme Decreto nº 7.507 de 27 de Junho de 2011.
- 17.2 A descrição do item na respectiva Nota Fiscal deverá se assemelhar o máximo possível com a descrição do Edital.
- 17.3 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento será contado novamente a partir de sua apresentação válida.
- 17.4 No 'corpo' da nota fiscal/fatura deverá conter o nº. da Licitação, do Pregão, e a mesma deverá ser encaminhada diretamente para o setor requisitante acompanhadas da requisição de compra para conferência dos quantitativos entregues.
- 17.5 Dados para faturamento (será especificado na respectiva Ordem de Compra):

MUNICÍPIO DE ITANHANDU

CNPJ: 18.186.718/0001-80 Endereço: Praça Amador

Guedes, nº 165 CEP: 37464-000 Centro de Itanhandu

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS

CNPJ: 14.794.823/0001-40 Endereço: Rua Manoel Carneiro, nº 534,

Bairro N. Senhora de Fátima

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 13.260.601/0001-85 Endereço: Rua Engenheiro Paulo Franco da Rosa, nº 304

CEP: 37464-000 Centro de Itanhandu

XIII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1 A adjudicatária que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentos solicitados ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado pelo prazo de até 02 (dois) anos, e, quando suspenso, descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrita, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.
- 18.2 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-se às seguintes penalidades:
 - 18.2.1 advertência;

TERRAS ALTAS DA MANTIQUEIRA

- 18.2.2 multa: 10% (dez por cento) do valor registrado na Ata de Registro de Preços, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.
- 18.2.3 multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de rescisão unilateral do mesmo.
- 18.2.4 impedimento de contratar com o Município de Itanhandu, por até 05 anos.
- 18.2.5 declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.
- 18.3 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.





- 18.3.1 Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.
- 18.4 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- 18.5 Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 18.6 Nas hipóteses em que o "Caso Fortuito ou Força Maior" forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

XIX - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

- 19.1 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas, inflacionários e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.
 - 19.1.1 Os preços pactuados poderão ser restabelecidos, para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que o eventual aumento dos custos venha a ser devidamente comprovado, por meio de planilha analítica e documentação hábil, assinada por profissional habilitado;
 - 19.1.2 As hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- 19.2 Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado.
- 19.3 Os recursos necessários para fazer frente às despesas da aquisição, onerarão as dotações próprias do orçamento vigente.

XX - DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 20.1 Considerado o prazo de validade do Contrato e, em atendimento ao § 1º do art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicada no preâmbulo deste Edital
- 20.2 Os Preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de Preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).
- 20.3 A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

XXI - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1 É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 21.2 A critério da Administração, o objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, de acordo com o artigo 65, § 1°, da Lei n.º 8.666/93.
- 21.3 A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas nos artigos 86 a 88, da Lei n.º 8.666/93.
- 21.4 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, servidores do Município de Itanhandu-MG, através do e-mail licitação@itanhandu.mg.gov.br ou junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Itanhandu, em horário de expediente externo das 08:00 às 15:00 horas, sito na Praça Amador Guedes, nº 165, Centro, CEP nº 37.464-000, Itanhandu-MG.







- 21.5 Não se desclassificarão propostas que, pela simples ocorrência de vícios, a juízo da comissão de licitações, possam ser sanáveis, sem a quebra da igualdade de tratamento oferecida a todos os licitantes.
- 21.6 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 21.7 O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- 21.8 A presente licitação rege-se, no que couber pela Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, sendo declarado competente o Foro da Comarca de Itanhandu-MG para dirimir controvérsias emergentes da presente licitação;
- 21.9 Em qualquer parte da descrição dos produtos/equipamentos que conter marcas e modelos, deverá ser considerado apenas como referência para facilitar a cotação e a formulação da proposta.
- 212.10 Publicar-se-á no Site oficial do Município (www.itanhandu.mg.gov.br) o resultado da presente licitação.
- 212.11 Publicar-se-á no Diário Oficial do Município (diário da AMM) a homologação da presente licitação.
- 21.12 Compõe-se o presente Edital:
 - Anexo I Termo de Referência
 - Anexo II Minuta de Contrato
 - Anexo III Modelos de Declaração
 - Anexo IV Declaração de enquadramento como beneficiária da lei complementar nº 123, de 2006 e 147 de 2014.
 - Anexo V Modelo de proposta
 - Anexo VI Minuta de Ata de Registro de Preços

Itanhandu - MG, 12 de Agosto de 2021.

MARCOS ALEXANDRE DE CARVALHO Pregoeiro De acordo:

JOÃO CIPRIANO DE ARAUJO NETO PROCURADOR GERAL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

- 1 Objeto: Aquisição eventual e parcelada de equipamentos de informática para melhoria dos serviços nas Secretarias Municipais de Itanhandu, através do Sistema de Registro de Preços.
- **2 Justificativa:** Tal aquisição faz-se necessária para atender os Sistemas Informatizados com desempenho e compatibilidade. Atender o Plano de Ação de implantação do SIAFIC.
- 3 Disposições gerais:
 - 2.1 Quaisquer dúvidas em relação aos itens, suas quantidades ou ditames do edital poderão ser esclarecidas através de solicitação por escrito, que deverá ser remetida à Comissão de Licitação pelo email: licitação @itanhandu.mg.gov.br ou pelo Telefone: 35-3361-2000







2.2 - O solicitante deverá informar junto com o pedido de esclarecimento seu e-mail para receber a resposta.

4 – Especificação de itens:

ITEM	MATERIAIS DE CONSUMO E SOFTWARES	QUANTIDADE
1	ADOBE READER PRO (LICENÇA PARA 01 ANO)	01 UNIDADES
2	BATERIA PARA NO-BREAK 1200VA, 12V, 5Ah (KIT COM DUAS UNIDADES)	20 KITS
3	BATERIA LITIO CR2032 3V PARA COMPUTADORES (CARTELA COM 5 UNIDADES)	30 CARTELAS
4	CABO ETHERNET CAT5e CAIXA DE 305M – 100% COBRE	10 CAIXAS
5	CABO ETHERNET CAT6 CAIXA DE 305M – 100% COBRE	05 CAIXAS
6	CONECTOR RJ45 CAT5e PACOTE 500 UNIDADES	05 PACOTES
7	CONECTOR RJ45 CAT6 PACOTE 50 UNIDADES	10 PACOTES
8	 ESTABILIZADOR 500VA FUNÇÃO TRUE RMS: ANALISA CORRETAMENTE OS DISTÚRBIOS DA REDE ELÉTRICA PERMITINDO A ATUAÇÃO PRECISA DO EQUIPAMENTO. INDICADA PARA TODOS OS TIPOS DE REDE, PRINCIPALMENTE PARA REDES INSTÁVEIS; BOTÃO LIGA/DESLIGA TEMPORIZADO: PARA EVITAR ACIONAMENTO/DESLIGAMENTO ACIDENTAL OU INVOLUNTÁRIO; LED VERDE NO PAINEL FRONTAL, PARA INDICAR O FUNCIONAMENTO DO ESTABILIZADOR; SINALIZADOR DE FUNCIONAMENTO: REDE, SUB/SOBRE TENSÃO E SOBRECARGA; BIVOLT AUTOMÁTICO: TENSÃO NOMINAL DE ENTRADA 115/127/220V~ E SAÍDA 115V~; FILTRO DE LINHA INTERNO: ATENUA RUÍDOS PROVENIENTES DA REDE ELÉTRICA (EM MODO COMUM E DIFERENCIAL) 	50 UNIDADES
9	FONTE ATX PARA COMPUTADOR DESKTOP 400W (POTÊNCIA REAL) BIVOLT OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado.	50 UNIDADES
10	LICENÇAS DO SOFTWARE AUTOCAD LT 2021 IDIOMA EM INGLÊS (LICENÇA PARA 03 ANOS)	03 UNIDADES
11	OFFICE PROFESSIONAL 2019 32/64 BITS ESD	30 UNIDADES
12	PATCH PANEL 48 PORTAS CAT5e	01 UNIDADES
13	PATCH PANEL 48 PORTAS CAT6 CLASSE D	01 UNIDADES
14	SISTEMA OPRECAIONAL WINDOWS 10PRO 64 BITS ESD OU FPP	30 UNIDADES
15	SOFTWARE MICROSOFT PROJECT PLANO 3 (LICENÇA PARA 01 ANO)	01 UNIDADES
16	SSD 240G, INTERFACE: SATA REV. 3.0 (6GB/S) — COMPATÍVEL COM A VERSÃO ANTERIOR SATA REV. 2.0 (3GB/S), 500MB/S PARA LEITURA E 350MB/S PARA GRAVAÇÃO	10 UNIDADES

ITEM	MATERIAIS PERMAMENTES	QUANTIDADE
17	 COMPUTADOR (DESKTOP-BÁSICO) COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: PROCESSADOR QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE COM NO MÍNIMO 3GHZ DE VELOCIDADE BASE DE CLOCK, 04 NÚCLEOS FÍSICOS, TIPO DE MEMÓRIA DDR4, ACOMPANHADO DE COOLER E DISSIPADOR TÉRMICO PARA REFRIGERAÇÃO. PLACA-MÃE COM PELO MENOS DOIS SLOTS PARA MEMÓRIA DDR4 PARA OPERAÇÃO EM MODO DUAL CHANNEL, 04 (QUATROS) PORTAS SATA 3 (6 GB/S), NO MÍNIMO DUAS PORTAS USB 3.0 TRASEIRA, POSSUIR PELO MENOS 01 (UM) SLOT PCI-EXPRES 2.0 X 16 OU SUPERIOR, VÍDEO INTEGRADO POSSUINDO NO MÍNIMO 02 (DUAS) SAÍDAS DE VÍDEO, SENDO PELO MENOS 01 (UMA) SAÍDA DIGITAL DO TIPO HDMI, ADAPTADOR DE VÍDEO, SOM E REDE INTEGRADOS. 	30 UNIDADES





	 MEMÓRIA RAM, SENDO 02 (DOIS) MÓDULOS IDÊNTICOS DE 04 (QUATRO) GIGABYTES CADA, DE 2400 MHZ OU SUPERIOR, DO TIPO DDR4, TOTALIZANDO 08 (OITO) GIGABYTES INSTALADOS. UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD DE 240GB NO MÍNIMO. UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO E LEITURA DE DISCO ÓTICO CD E DVD. FONTE DE ALIMENTAÇÃO COMPATÍVEL, QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGÍDA (MÍNIMO DE 230W REAL) ACOMPANHADA DE CABO DE FORÇA. GABINETE DO TIPO VERTICAL COM 2 BAIAS NO MÁXIMO. OBS: GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO. OBSERVAÇÕES: Apresentar material informativo de cada componente do computador O computador deverá ser entregue devidamente montado e testado. 	
18	HD EXTERNO SATA USB 1TB 2,5" COMPATÍVEL COM USB 3.0	30 UNIDADES
	MONITOR LED COM NO MÍNIMO 18.5 POLEGADAS E RESOLUÇÃO HD, FORMATO	
19	WIDESCREEN 16:9	30 UNIDADES
20	NOTEBOOK PROCESSADOR COM FREQUÊNCIA MÍNIMA DE 3.0GHZ. 8 MB SMART CACHE. MEMÓRIA 16 GB RAM LPDRR4X 2400 MHZ. TELA 15" PAINEL: IPS ANTI-REFLEXO; RESOLUÇÃO: FHD (1920 X 1080). FRAMERATE: 60 HZ; INTERFACE: Edp. GRÁFICOS COM MEMÓRIA COMPARTILHADA COM A MEMÓRIA RAM. ÁUDIO 2 ALTO-FALANTES ESTÉREO EMBUTIDOS. ARMAZENAMENTO 512GB SSD PCIE NVME OU SATA DO TIPO M2 2280. WEBCAM RESOLUÇÃO 1280 X 720. WIRELESS E REDE 1 WIRELESS (WIFI): 802.11a/b/g/n/acR2+ax; FREQUÊNCIA: ATÉ 5GHZ. BATERIA DE 3 CÉLULAS (LI-ÍON) 48 WH 4200 mAh 11.4V; BATERIA COM AUTONOMIA DE ATÉ 11 HORAS. TECLADO FINETIP COM SUPORTE A MÚLTIPLAS LINGUAGENS EM PORTUGUÊS DO BRASIL PADRÃO ABNT 2. TOUCHPAD: MULTI-GESTUAL. OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado que informe a marca e modelo de seus componentes.	5 UNIDADES
21	ROTEADOR WIRELESS • FREQUÊNCIAS: 2.4 GHZ e 5 GHZ (Dual band), 1317 MBPS, IEEE 802.11ac/n/a, IEEE 802.11b/g/n, BANDA DUPLA, PROTOCOLOS DE SEGURANÇA: DMZ, SPI, WEP, WPA, WPA2 • PORTAS: WAN e LAN OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado.	10 UNIDADES
22	 SCANNER FACE DE DIGITALIZAÇÃO: FRENTE E VERSO (DUPLEX). MÉTODO DE DIGITALIZAÇÃO: CIS COLORIDO (600 DPI) FUNDO PRETO OU BRANCO. RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO: 100 – 600 DPI (ETAPA DE 1 DPI) E 1200 DPI (INTERPOLADO) ÓPTICA: 300DPS / 600 DPI (COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA). VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO: BINÁRIO / COLORIDO TAMANHO A4 DE 200 DPI: SIMPLES ATÉ 65 PPM TAMANHO A4 200/300 DPI: FRENTE E VERSO ATÉ 130IPM. DETECÇÃO AUTOMÁTICA: DETECÇÃO INTELIGENTE DE DUPLA ALIMENTAÇÃO USANDO SENSOR ULTRASSÔNICO. 	01 UNIDADE





	~	
	COMPACTAÇÃO DE IMAGEM: MH MMR JPEG.	
	CAPACIDADE DE BANDEJA DE ALIMENTAÇÃO: ATÉ 100 FOLHAS DE 80G/M²	
	(A4 OU CARTA) OU 3 CARTÕES RÍGIDOS (ISO7810 ID-1).	
	OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado.	
	SERVIDOR EM RACK	
	 PROCESSADOR: 2X2.1G, 8C/16T, 9.6GT/S, 11M CACHE, TURBO, HT (85W) 	
	DDR4-2400 (DOIS PROCESSADORES).	
	 CHASSI DE 3,5" COM ATÉ 8 DISCOS RÍGIDOS DE UNIDADES DE CONCTOR 	
	AUTOMÁTICO.	
	2X32GB RDIMM, 3200MT/S, DUAL RANK, BCC. (TOTAL 64GB).	
	 RAID 0 (COMPATIVEL COM DIFERENTES TIPOS DE DISCOS RÍGIDOS). 	
	CONTROLADOR RAID: PLACA DE CONTROLE PERC H330 PERFIL BAIXO.	
	• 2XSSD SATA DE 2,5", 960 GB, 6 GBIT/S E 512 COM UNIDADE DE CONECTOR	
23	AUTOMÁTICO AG, USO INTENSO DE LEITURA E CARREGADOR HÍBRIDO DE	01 UNIDADE
	3,5", 1 DWPD, 1752 TBW (DUAS UNIDADES).	
	WINDOWS SERVER 2019 STANDARD, 16 CORE, FI, NO MED, NO CAL, MULTI	
	LANGUAGE.	
	ADAPTADORES DE REDE: MÍNIMO 2 PORTAS INTEGRADA , 1 GBIT.	
	FONTE DE ALIMENTAÇÃO: DUAL, HOT-PLUG, REDUNDANT POWER SUPPLY	
	(1+1), 1100W.	
	TRILHOS ESTÁTICOS PARA RACKS DE 2/4 HASTES	
	OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado.	
24	SWITCH DE 16 PORTAS 10/100/1000MBPS	10 UNIDADES
25	SWITCH DE 8 PORTAS 10/100/1000MBPS	10 UNIDADES
23	SWITCH DE 8 FORTAS 10/100/1000/MBF3 SWITCH GERENCIÁVEL 48 PORTAS 10/100/1000	10 UNIDADES
	SWITCHES DE CAMADA 2 DE GERENCIAMENTO INTELIGENTE COM 48	
	PORTAS: 10/100/1000 E 4 PORTAS SFP 100/1000	
	 PORTAS: - (48) PORTAS RJ-45 10/100/1000 COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA 	
	- (48) PORTAS RJ-45 10/1000/1000 COM DETECÇÃO AUTOMÁTICA - (4) PORTAS SFP 100/1000 MBPS	
	- (4) PORTAS SEP 100/1000 MBPS - SUPORTA NO MÁXIMO 48 PORTAS 10/100/1000 COM DETECÇÃO	
	AUTOMÁTICA, MAIS 4 PORTAS SFP	
	MEMÓRIA E PROCESSADOR:	
	MEMORIA E PROCESSADOR: ARM CORTEX-A9 A 400 MHZ	
	- SDRAM DE 128 MB	
	- TAMANHO DO BUFFER DE PACOTES: 1,5 MB	
	- 16 MB DE FLASH	
26	LATÊNCIA: LATÊNCIA DE 100 MB;	01 UNIDADE
	- LATÊNCIA DE 100 MB: < 7 MILISEGUNDOS	
	- LATÊNCIA DE 1000 MB: < 2 MILISEGUNDOS	
	CAPACIDADE DE PRODUÇÃO: ATÉ 77 3 MARIS	
	- ATÉ 77,3 MPPS	
	CAPACIDADE DE ROUTING/SWITCHING: ANA CRISCA MÁYIMA DE DE ROUTING DA CONFIGURAÇÃO ANA CRISCA MÁYIMA DE DE ROUTING DA CONFIGURAÇÃO ANA CRISCA MÁYIMA DA CONFIGURA	
	- 104 GBPS, MÁXIMO, DEPENDENDO DA CONFIGURAÇÃO	
	CAPACIDADE DE SWITCHING:	
	- 104 GBPS	
	CARACTERÍSTICAS DE GESTÃO: NAVEGABOR MER	
	- NAVEGADOR WEB	
	DIMENSÕES: AA 35 V 34 S4 V 4 30 SN4	
	- 44,25 X 24,61 X 4,39 CM	
	OBS: GARANTIA DE 01 ANO	
	OBSERVAÇÃO: Apresentar material informativo do produto ofertado.	





5 – Local de Entrega: Prefeitura Municipal de Itanhandu, Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, Centro, Itanhandu/MG, CEP: 37.464-000.

6 – Disposição Final: - O Município Itanhandu reserva-se ao direito de só divulgar o valor estimado após o encerramento da etapa de lances do pregão, com fulcro no inc. III do art. 3° e inc. III do art. 4°, ambos da Lei Federal do Pregão, n° 10.520/02 e art. 15 do Decreto 10.024/2019. Precedentes: Acórdão n° 1789/2009 – Plenário Acórdão 3028/2010 – Segunda Câmara e Acórdão n° 2080/2012 – Plenário, todos do Tribunal de Contas da União.

ANEXO II

Processo n° 079/2021 - Pregão nº 051/2021

MINUTA DE CONTRATO - Nº XXX/2021

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o *Município de Itanhandu* Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.186.718/0001-80, com Sede Administrativa nesta cidade na Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, CEP – 37.464-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Henrique Pinto Monteiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº MG-18.332.697 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 123.317.866-07, residente e domiciliado à Avenida Tereza Guedes, nº 1193, Bairro Mansões, Itanhandu/MG, doravante denominados CONTRATANTES e, de outro lado, ************, residente e domiciliado **********, doravante denominado CONTRATADO com fulcro e nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 079/2021 - MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 051/2021** e nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, em conformidade com as cláusulas e condições abaixo especificadas:

DO OBJETO E DO PREÇO

CLÁUSULA PRIMEIRA: Constitui objeto do presente contrato, nos termos do Processo Licitatório nº. 079/2021: AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados no Anexo I do Pregão eletrônico 051/2021, que, juntamente com o Edital e a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: O objeto e seu respectivo preço é o seguinte:

ITEM QTDE UNID DESCRIÇÃO MARCA/MODELO \$ TOTAL







	 _ +		

Valor total do contrato: R\$

DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA TERCEIRA:

3.1 – Do Fornecimento do Objeto

- 3.1.1 A CONTRATANTE solicitará o fornecimento do objeto licitado e ora contratado, mediante a emissão de Ordem de Compra – OC.
- 3.1.2 O objeto fornecido deverá obedecer a todas as especificações descritas na Autorização de Fornecimento, sujeitando-se, ainda, a CONTRATADA às determinações indicadas na Cláusula Oitava.
- 3.1.3 Considerar-se-à cumprida a Autorização de Fornecimento quando o objeto for entregue e devidamente aceito pela CONTRATANTE, apresentação de Nota Fiscal eletrônica, por parte do contratado.
- 3.1.4 O objeto entregue e aceito fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações ocorridas dentro do prazo de validade que comprometam a integridade para utilização.
- 3.1.5 Em caso de necessidade de providências, os prazos para pagamento serão suspensos e, considerada a execução em atraso, sujeitando o FORNECEDOR à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na lei, neste Contrato e no ato convocatório.
- 3.1.6 Em caso de irregularidade não sanada, por meio de seu representante, a Administração reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes.
- 3.1.7 A CONTRATADA será responsável por todas as despesas diretas e indiretas, que possam surgir a qualquer tempo, pelo fornecimento e transporte do objeto.

3.2 - Do Prazo, Condições de Entrega

- 3.2.1 A licitante vencedora deverá entregar o produto em até 30 (trinta) dias após a Autorização de Fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Itanhandu/MG.
- 3.2.2 Será de responsabilidade da Empresa contratada a entrega dos produtos no local de destino e o fornecimento dentro dos prazos estabelecidos.

CLÁUSULA QUARTA: O prazo de execução deste contrato administrativo será de xx meses, a contar da data da assinatura deste Contrato.

FORMA DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

CLÁUSULA QUINTA: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da fatura/nota fiscal e conferência do Setor de Compras, sobre o quantitativo e prazo já estipulado acima e com o seguinte preço unitário, todos constantes no Edital originário deste contrato:

CLÁUSULA SEXTA: Dados de faturamento (Será especificado na respectiva Ordem de Compra)

MUNICÍPIO DE **ITANHANDU**

CNPJ: 18.186.718/0001-80 Endereço: Praça Amador

Guedes, nº 165 CEP: 37464-000

Centro de Itanhandu

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-

FMAS

CNPJ: 14.794.823/0001-40 Endereço: Rua Manoel Carneiro, nº 534,

Bairro N. Senhora de Fátima

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 13.260.601/0001-85 Endereço: Rua Engenheiro Paulo Franco da Rosa, nº 304

CEP: 37464-000 Centro de Itanhandu







- 6.1 Na hipótese da CONTRATADA apresentar a Nota Fiscal incorreta, a quitação será postergada por tantos dias úteis quantos forem os de atraso de sua apresentação na forma correta, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.
- 6.2 O pagamento dos valores faturados fica condicionado à comprovação de que a CONTRATADA mantém todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA SÉTIMA: As dotação(ões) orçamentária(s) específica(s) para acobertar(em) a(s) despesa(s) de responsabilidade da Prefeitura no presente exercício, conforme verba(s) a seguir especificada(s):

Classificação: Elemento: Fonte:

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA OITAVA: Compete a CONTRATANTE:

- 8.1 Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto.
- 8.2 Receber os produtos, observando as especificações e condições de fornecimento contidos neste contrato.
- 8.3 Julgar se o eventual atraso no fornecimento do objeto encontra-se motivados por "caso fortuito ou de força maior", como definidos na Cláusula Décima Terceira.
- 8.4 Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da Cláusula Quinta do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA: Compete ao CONTRATADO:

- 9.1 Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;
- 9.2 Responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, carga e descarga, se houver, desde a origem até a sua entrega no local de destino, sendo vedado ceder ou subcontratar, total ou parcialmente, o objeto deste Contrato;
- 9.3 Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 9.4 Observar os prazos estipulados;
- 9.5 Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste Contrato;
- 9.6 Aceitar, sem restrições, a fiscalização da CONTRATANTE, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento;
- 9.7 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados a CONTRATANTE ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados;
- 9.8 Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário ao fornecimento;
- 9.9 Garantir a boa qualidade dos produtos entregues;
- 9.10 Absorver qualquer tributo, seja, federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos que constitui objeto deste contrato, correndo à sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativamente ou judicialmente, de cobrar a CONTRATANTE, qualquer tributo, ainda que suscetível de translação;
- 9.11 Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento;





- 9.12 Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pela CONTRATANTE em caso de serem acionados judicialmente;
- 9.13 Os produtos deverão ser entregues com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto.

DA GARANTIA

CLÁUSULA DÉCIMA: A CONTRATADA se obriga a fornecer os produtos deste contrato com qualidade e se responsabiliza em reparar, sem custo adicional, quando não alcançarem os objetivos propostos e desejados.

DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Da Fiscalização

- 11.1 A fiscalização deste contrato será exercida pelo servidor Nemmer Noroaldo Fernandes, matrícula 09324, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução, além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas fiscais/faturas dos produtos desde que tenham sido executados a contento e observado a aplicação do valor correspondente, encaminhando a documentação para pagamento.
- 11.2 As exigencias e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Itanhandu em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto do contrato.

DA RESCISÃO, ALTERAÇÕES E SUPRESSÕES

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A rescisão deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra os motivos mencionados nos art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com comunicação por escrito, entregue, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, reger-se-á no disposto do art. 79.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Este contrato administrativo poderá sofrer alterações e/ou supressões, em forma de Termos Aditivos, em conformidade com os arts. 57 e 65 da referida Lei, bem como a recomposição de preço para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração, em caso de Rescisão Administrativa, o disposto no art. 77, bem como, o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste instrumento, sujeitará às partes, as sanções previstas na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações e outras normas que regem a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Penalidades

- 15.1 A adjudicatária que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentos solicitados ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 2 (dois) anos, e, quando suspenso, descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrita, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.
- 15.2 O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária, sujeitando-a às seguintes penalidades:
 - 15.2.1 Advertência que será aplicada, sempre, por escrito.







- 15.2.2 multa: 10% (dez por cento) do valor da licitação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.
- 15.2.3 multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de rescisão unilateral do mesmo.
- 15.2.4 impedimento de contratar com o Município de Itanhandu, por até 02 anos.
- 15.2.5 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 15.3 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
 - 15.3.1 Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.
- 15.4 Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.
- 15.5 Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.
- 15.6 Nas hipóteses em que o "Caso Fortuito ou Força Maior" forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos em suas Cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As partes elegem o Foro da Comarca de Itanhandu - MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes por seus

,	de 2021.				
Paulo Henrique Pinto Monteiro PREFEITO MUNICIPAL	•••••••••••				
TESTEMUNHAS:					
CPF:	CPF:				





ANEXO III DECLARAÇÕES

A empresa	, insc	rita no CNPJ	n°	, por
intermédio de seu representa registro de pessoas físicas (C	nte legal o (a) Sr (a))		, cadastrado no
registro de pessoas físicas (C	CPF), sob o nº	, e	portadora da carteira	ı de identidade nº
, D	DECLARA, sob as per	nalidades da Le	i que:	
 A) não há nenhum fato supe proponente nos termos do art suas alterações. 	-			
B) para fins do disposto no in 27/10/1999, que não empreg emprega menor de 16 anos.				-
Ressalva: emprega menor, a p	artir de 14 anos na co	ndição de apre	ndiz. ()	
C) que conhecemos o objeto o seus ANEXOS e do Regular contidas no que concerne à ap	mento bem como ter	nos todas as c	condições de cumprir	
Local e data,		de	de 2021.	
	•	presa + Carimb		
	Nome do responsa	•	npresa	
	CPF e RG	do responsável		
Observações: a) O texto acima é mera se desde que as alteraçõe b) Utilizar, se possível, p	es contemplem claram	ente as designa	ções necessárias, sem	
	ANE	EXO IV		
DECLARAÇÃO DE ENQU	ADRAMENTO CO Nº 123 DE 200			MPLEMENTAR
A Empresa, com inscrição intermédio de seu represen expressamente, sob as penalid	tante legal, para fir			
A) Encontra-se enquadrada Complementar 123/2006 e pos	-	Micro e Peo	queno Porte, em ato	endimento a Lei
B) Tem conhecimento dos obrigatoriedade de declarar oc 32,§2°, da Lei n° 8.666/93.	•	-		
Local e da	ta,	de	de 2021.	







Nome da empresa + Carimbo Nome do responsável legal da empresa CPF e RG do responsável

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 051/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 079/2021

A empresa, propõe fornecer a Prefeitura Municipal de Itanhandu, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, os produtos conforme abaixo discriminados; concordando que os mesmos serão entregues conforme determina o Edital e Anexos, após o recebimento da nota de empenho, ou a ordem de fornecimento.								
		Todos o	s campos	são de preenc	himento obriga	tório		
Razão S	Social							
CNPJ								
Endere	ço							
Telefor	ne/Fax							
Banco			Agênci	a (nome / n°)		Conta corrente	2	
	Dao	los do Signatário - _l		· ·	rato caso ser co	nsiderada venced	ora	
Nome:						Ca	argo:	
Nacion	alidade		Identidad	de		CPF		
ITEM	QTDE	PRO	DDUTO		MARCA / MODELO	\$ UNITÁRIO	\$ TOTAL	
VALO	R TOTA	L: (POR EXTENS	SO)					
Declaro que nos preços propostos encontram-se inclusos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos. A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.								
	local, de de 2021							
	(nome e assinatura do representante legal da licitante) R.G.:							







ANEXO VI

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N./2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2021 Validade: 01 ano.

Aos dias do mês de 2021, com Sede Administrativa na Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, Centro, Itanhandu/MG – CEP: 37.464-000, o Município de Itanhandu nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal 8.883, de 09 de junho de 1994 e pela Lei 10.520/02, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2021, por deliberação do Pregoeiro e equipe de apoio do PROCESSO LICITATÓRIO nº 079/2021.

COMPROMITENTE:- O *Município de Itanhandu* Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.186.718/0001-80, com Sede Administrativa nesta cidade na Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, CEP – 37.464-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Henrique Pinto Monteiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº MG-18.332.697 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 123.317.866-07, residente e domiciliado à Avenida Tereza Guedes, nº 1193, Bairro Mansões, Centro, Itanhandu/MG.

COMPROMISSÁRIA:- A empresa		Nº
, localizada na	n, nº, Bair	rro
em	, neste ato Representada p	or
RG	, CPF N°	_•

EMBASAMENTO:- Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 267/2006 e Decreto nº 7.892/2013, e mediante as cláusulas e condições como a abaixo especificadas:

RESOLVE:

Registrar preços para AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU, tendo sido os referidos valores oferecidos pelas empresas constantes da Ata de Julgamento de Preços, que faz parte desta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição, cujas propostas foram classificadas, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem:

01 – Do Objeto:

1.1 - Constitui objeto da presente Ata, nos termos do Processo Licitatório nº. 079/2021: AQUISIÇÃO EVENTUAL E PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA MELHORIA DOS SERVIÇOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ITANHANDU, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados no Anexo I do Pregão Eletrônico/Registro de Preços 051/2021, que, juntamente com o Edital e a proposta da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 – Resultado:

ITEN	UNID	QUANT	V.UNIT.	V.TOTAL	MARCA	DESCRIÇÃO

02 - Da Validade do Registro de Preços

- 2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 meses contado a partir da sua assinatura.
- 2.2 Nos termos do art. 15, parágrafo 4°, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os





produtos e serviços referidos nesta ata, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas registradas.

2.3 - Ocorrendo qualquer das hipótese previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - Da Dotação Orçamentária

3.1– Os recursos necessários para fazer frente às despesas da aquisição/prestação dos serviços, onerarão as dotações próprias do orçamento vigente serão especificadas na respectiva Nota de Empenho. Ficha / Classificação / Elemento / Fonte.

04 - Da Utilização da Ata de Registro de Preços

4.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para o fornecimento do respectivo objeto, por todos da Prefeitura Municipal de Itanhandu.

05 - Dos Preços

- 5.1 Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes do item 1.2, de acordo com a respectiva classificação no Pregão Eletrônico nº 051/2021.
- 5.2 Em cada produto decorrente desta Ata, serão observadas as disposições do Decreto Municipal nº. 267 de 20 de março de 2006 que institui o Registro de Preços no Município, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 051/2021 que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 5.3 Em cada produto, o preço unitário a ser pago será o consignado na Ata de Julgamento de Preços, do Pregão Eletrônico nº 051/2021 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

06 - Do Pagamento

- 6.1 O pagamento será efetuado num prazo de até 30 dias após a apresentação da nota fiscal no protocolo da Prefeitura Municipal de Itanhandu, situada à Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, centro de Itanhandu MG, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo.
 - 6.1.1 Os pagamentos serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, conforme Decreto nº 7.507 de 27 de Junho de 2011.
- 6.2 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo representante da Prefeitura Municipal de Itanhandu e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura.

07 - Das Condições de fornecimento dos materiais e equipamentos

- 7.1 O fornecimento dos itens desta Ata de Registro de Preços será feita mediante a emissão de Nota de Empenho ou ordem de compra, nos casos de compra com entrega imediata e integral, nos termos do Art. 62 da Lei 8.666/93.
- 7.2 As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.
- 7.3 Os produtos serão entregues de forma parcelada sempre que requisitado pelas Secretarias Municipais, através do Setor de compras municipal.
- 7.4 A mercadoria entregue fica sujeita à averiguação e, caso necessite, à devolução e reposição, desde que comprovada a pré-existência de invalidade, incompatibilidade com a marca e modelos ofertados ou condições inadequadas de consumo, bem como alterações ocorridas que comprometam a integridade para utilização;







- 7.5 O objeto desta licitação deverá ser de entrega parcelada, sem exigência de quantidades mínimas por pedido, num prazo de até 30 (trinta) dias corridos, de acordo com o pedido do setor requisitante, para não causarem prejuízos ao serviço público.
- 7.6 Atentar-se minuciosamente aos locais exatos onde estes devem ser entregues, para não haver transtornos e desconfortos entre as partes.
- 7.7 Cada aquisição dos produtos contratados deverá ser efetuada mediante autorização de fornecimento, a qual poderá ser feita por memorando, oficio, telex, e-mail ou fac-símile, devendo dela constar: a data, a quantidade pretendida, a descrição do item e o local de entrega.
- 7.8 A Administração Municipal Compromitente não está obrigada a se utilizar desta Ata de Registro de Preços, podendo cancelá-la ou promover licitação específica quando julgar conveniente, nos termos da legislação pertinente, bem como não está obrigada a adquirir qualquer quantidade mínima de itens ou de lotes do(s) item(s) registrado(s).
- 7.9 O fornecimento do objeto licitado, mediante autorização de fornecimento (AF) possibilitará e permitirá o Departamento de Contabilidade da Administração Municipal Compromitente a proceder o empenho da despesa e emitir a respectiva nota de empenho- NE, instrumento que externará e garantirá a contratação entre as partes, bem como da observância das normas aplicáveis à matéria.

08 – Da participação e adesão ao Registro de Preços

- 8.1 O Município de Itanhandu é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para Registro de Preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.
- 8.2 Poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Município de Itanhandu Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993 e no Decreto n.º 7.892/2013.
- 8.3 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, sem prejuízo dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- 8.4- Caso haja anuência do fornecedor beneficiário, cada órgão usuário poderá adquirir até 100% (cem por cento) dos quantitativos máximos registrados na Ata de Registro de Preços, por órgão.
- 8.5 Na hipótese prevista na condição anterior, a contratação dar-se-á pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados na Ata.
- 8.6 Fica limitada a autorização à adesão para no máximo 05 (cinco) órgãos ou entidade da Administração.

09 - Das Penalidades

- 9.1 A recusa injustificada de assinar a Ata, pelas empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços no presente instrumento de registro, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, ao critério da Administração.
- 9.2 A recusa injustificada, das detentoras desta Ata, em atender as autorizações de Execução de Serviços, dentro do prazo estipulado, contados da sua emissão, bem como a inexecução total ou parcial do contrato de serviço, poderá implicar na aplicação da multa, sobre o valor adjudicado e devolução de qualquer valor pago antecipadamente, sujeitando-a às seguintes penalidades:
- 9.2.1 Advertência que será aplicada, sempre, por escrito.
- 9.2.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado em caso de inexecução total ou parcial;
- 9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.







- 9.2.4 –As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.
- 9.3 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados as detentoras da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.
- 10 Dos Reajustamentos de Preços
- 10.1 Considerado o prazo de validade estabelecido no item 2, Inciso I, da presente Ata, e, em atendimento ao § 1º do art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 01 (um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicada no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2021, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.
- 10.2 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis a espécie.

11 - Das Condições de Recebimento do Objeto da Ata de Registro de Preços

- 11.1 O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.
- 11.2 A cada produto serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

12 - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

- 12.1 Pela Administração, quando:
- a) a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) a detentora não atender qualquer Autorização de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;
- c) a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 12.1.1 a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;
- 12.1.2 no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.
- 12.2 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.
- 12.2.1 a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII da presente Ata, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - Da Autorização de Aquisição dos materiais e equipamentos

13.1 – O fornecimento dos materiais e equipamentos do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelos responsáveis de cada setor.

14 - Das obrigações







- 14.1 A Compromissária se obriga ao atendimento de todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento do objeto esteja previsto para data posterior a de seu termo final, observados os valores estimados.
- 14.2 A Compromissária obriga-se ainda a manter a compatibilidade com todas as obrigações assumidas, bem como a sua regularidade fiscal.
- 14.3 O fornecimento do objeto, quando for o caso, deverá estar dentro das normas da ABNT, e quando não corresponderem às exigências técnicas pertinentes serão devolvidos, devendo ser substituídos pela Compromissária no prazo máximo de 10 (dez) dias, independentemente da aplicação das penalidades legais e aplicáveis à questão.
- 14.4- A Compromissária responderá, a qualquer tempo, pela qualidade dos itens do objeto licitado, devendo, inclusive, substituí-los no que for constatado qualquer defeito, nos prazos máximos estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.
- 14.5 A Compromissária se responsabilizará por eventuais vícios ou defeitos que forem constatados nos produtos fornecidos decorrentes da Ata de Registro de Preços a ser celebrada, assim como pelos fatos decorrentes de tais vícios ou defeitos, aplicando-se as disposições do Código de Defesa do Consumidor, no que couber.
- 14.6 O prazo de garantia dos itens do objeto licitado será de 12 (doze) meses, contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar do seu efetivo recebimento pela Administração.
- 14.7 A Compromissária obriga-se a ressarcir os eventuais prejuízos causados a Administração Compromitente ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços, podendo o valor referente ao prejuízo apurado ser descontado do pagamento de que for credora.
- 14.8 A Compromissária obriga-se a comunicar ao Departamento de Licitações, Compras e Contratos e a Assessoria Jurídica toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 14.9 A administração Compromitente deverá acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do presente Instrumento, lavrando-se a competente comunicação à Compromissária quando houver quaisquer irregularidades e fixando prazo para saná-las.

15 - Das Disposições Finais

- 15.1 Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 051/2021 e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado e a Ata de Julgamento de Preços.
- 15.2 Fica eleito o foro da comarca de Itanhandu, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.
- 15.3 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com o Decreto instituidor do Registro de Preços, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Itanhandu	de	de 2021.
COMPROMITENTE	_	COMPROMISSÁRIA
Paulo Henrique Pinto Monteiro		EMPRESA XXXX
Prefeito Municipal		
		- Compalle
Marcos A	Alexandre de	Carvaino

Marcos Alexandre de Carvalho Gestor da Ata



